

REGULATORY UPDATE

Setembro 2020



A AEM publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

AEM PARTICIPA NA SEMANA MUNDIAL DO INVESTIDOR 2020

No âmbito do Ciclo de Conferências “REIMAGINAR O MERCADO”, comemorativo do **10.º Aniversário da AEM**, a Associação organiza a e-Conference “**CULTURA EMPRESARIAL, PROPÓSITO SOCIETÁRIO E CONFIANÇA DOS INVESTIDORES**”, a qual se realiza no dia **7 de Outubro, às 18:00**.

A cultura de cada empresa reflecte os valores partilhados que determinam o comportamento ético dos elementos integrantes da organização, e, neste sentido, constitui um elemento vital para o desenvolvimento com sucesso da actividade e negócio da empresa, e para a consolidação da confiança dos investidores.

Esta e-Conference integra igualmente o programa da **Semana Mundial Do Investidor de 2020**, promovida pela CMVM, e conta com o **Alto Patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República**.



aem
10.º aniversário

e-Conference
07/10/2020
18h00-19h30

Inscrição em:
<http://aemtemas.me/inscricao-cultura>

“Cultura Empresarial, Propósito Societário e Confiança dos Investidores”

No âmbito das comemorações do seu 10.º ANIVERSÁRIO, a AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado realiza a Conferência “CULTURA EMPRESARIAL, PROPÓSITO SOCIETÁRIO E CONFIANÇA DOS INVESTIDORES”, incluída no ciclo “REIMAGINAR O MERCADO” e no programa da SEMANA MUNDIAL DO INVESTIDOR organizada pela CMVM.

AGENDA

INTERVENÇÃO DE ABERTURA
ABEL SEQUEIRA FERREIRA
Director Executivo da AEM
Membro do Board of Directors da Europeanissuers

PAINEL DE DEBATE
ANA PERESTRELO DE OLIVEIRA
Professora Associada na Faculdade de Direito de Lisboa,
Membro do Centro de Investigação de Direito Privado
JOÃO DE SOUSA GIÃO
Membro do Conselho de Administração da CMVM
PAULO CÂMARA
Managing Partner e Sócio no Departamento de Financeiro & Governance da Sêrvulo - Sociedade de Advogados,
Coordenador do Governance Lab

MODERAÇÃO
MATILDE AZEVEDO PEREZ
Assessora da Direcção e Policy Manager na AEM

Q&A - oportunidade para questões e discussão com os Oradores



[Consulte aqui a agenda da conferência e inscreva-se](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL REFERENTE À PANDEMIA GLOBAL CORONAVÍRUS (COVID-19)

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei n.º 35/2020, de 13 de Agosto

Altera as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 e prorroga o prazo do regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração às Leis n.ºs 4-B/2020, de 6 de abril, e 6/2020, de 10 de abril - [DOC](#)

Lei n.º 31/2020, de 11 de Agosto

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 78-A/2020, de 29 de Setembro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 62-A/2020, de 3 de Setembro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 58-B/2020, de 14 de Agosto

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 54/2020, de 11 de Agosto

Aprova a restituição do montante equivalente ao imposto sobre o valor acrescentado relativo a diversas iniciativas - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 53/2020, de 11 de Agosto

Transpõe a Diretiva (UE) 2020/876, no sentido de diferir prazos para a apresentação e troca de informações no domínio da fiscalidade devido à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 51/2020, de 7 de Agosto

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de Julho

Cria o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial com redução temporária do período normal de trabalho - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de Setembro

Declara a situação de contingência, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68-A/2020, de 28 de Agosto

Prorroga a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2020, de 14 de Agosto

Prorroga a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Portaria n.º 218-A/2020, de 16 de Setembro

Altera a Portaria n.º 392/2019, de 5 de novembro, que estabelece os requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos laboratórios de patologia clínica ou análises clínicas e, bem assim, dos respetivos postos de colheitas - [DOC](#)

Portaria n.º 218/2020, de 16 de Setembro

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, que criou a medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde e um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos «Contrato emprego-inserção» (CEI) e «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) - [DOC](#)

**Portaria n.º 192/2020, de 10 de Agosto**

Portaria que estabelece um reforço extraordinário da comparticipação financeira da segurança social em 2020, prevista no n.º 1 do artigo 16.º da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho - [DOC](#)

Portaria n.º 184/2020, de 5 de Agosto

Prorrogação da suspensão de verificação do requisito de não existência de dívidas de entidades candidatas ou promotoras ao IEFP, I. P., para a aprovação de candidaturas e realização de pagamentos de apoios financeiros pelo IEFP, I. P., às respetivas entidades, no âmbito das medidas de emprego e formação profissional em vigor, determinado através da Portaria n.º 94-B/2020, de 17 de abril - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 30/2020, de 11 de Agosto

Declaração de retificação à Resolução da Assembleia da República n.º 51/2020, de 29 de julho, «Plano de emergência social e económico para o Algarve», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2020 - [DOC](#)

Despacho n.º 9373-A/2020, de 30 de Setembro

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal - [DOC](#)

Despacho n.º 9121/2020, de 25 de Setembro

Determina a composição da estrutura de monitorização da situação de contingência - [DOC](#)

Despacho n.º 8998-D/2020, de 18 de Setembro

Fixa a interpretação das regras relativas aos horários de funcionamento dos estabelecimentos, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de setembro - [DOC](#)

Despacho n.º 8998-C/2020, de 18 de Setembro

Fixa a interpretação dos princípios e orientações aplicáveis à realização de eventos corporativos, nos termos e para os efeitos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de setembro - [DOC](#)

Despacho n.º 8844-B/2020, de 14 de Setembro

Determina que a AT deverá disponibilizar oficiosamente aos contribuintes a faculdade de pagamento em prestações, sem necessidade de prestação de garantia nos termos do Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de dezembro, de dívidas de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) de valor igual ou inferior, respetivamente, a (euro) 5000 e (euro) 10 000, independentemente da apresentação do pedido - [DOC](#)

Despacho n.º 8844-A/2020, de 14 de Setembro

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais - [DOC](#)

Despacho n.º 8777-C/2020, de 11 de Setembro

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal - [DOC](#)

Despacho n.º 8422/2020, de 2 de Setembro

Altera o Despacho n.º 5638-A/2020, de 18 de maio, que aprova as listas das entidades que beneficiam da isenção do IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19 - [DOC](#)

Despacho n.º 8414-B/2020, de 1 de Setembro

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais - [DOC](#)

Despacho n.º 8391-A/2020, de 31 de Agosto

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal - [DOC](#)

Despacho n.º 8320/2020, de 28 de Agosto

Regulamenta a suspensão temporária do pagamento por conta do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 29/2020, de 31 de julho - [DOC](#)

**Despacho n.º 8072/2020, de 20 de Agosto**

Autoriza a emissão de garantias pelas sociedades de garantia mútua a beneficiários ou outras pessoas jurídicas, singulares ou coletivas, que não reúnam a qualidade de acionista, para garantia das operações de crédito a conceder ao abrigo da «Linha de Crédito RAM Covid 19», renomeada para «Linha de Crédito APOIAR MADEIRA 2020» - [DOC](#)

Despacho n.º 8001-B/2020, de 14 de Agosto

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais - [DOC](#)

Despacho n.º 8001-A/2020, de 14 de Agosto

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal - [DOC](#)

Despacho n.º 7900-A/2020, de 12 de Agosto

Fixa a interpretação dos princípios e orientações aplicáveis à realização de eventos corporativos - [DOC](#)

Despacho n.º 7522/2020, de 30 de Julho

Concessão da garantia pessoal do Estado ao Banco Europeu de Investimento no âmbito do «Pan-European Guarantee Fund» em resposta à COVID-19 - [DOC](#)

Despacho Normativo n.º 10-A/2020, de 15 de Setembro

Prorroga os prazos previstos no n.º 4 do artigo 3.º e no n.º 2 do artigo 5.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho - [DOC](#)



PANDEMIA GLOBAL CORONAVÍRUS (COVID-19)

RECURSOS EM DESTAQUE

PORDATA - Impacto Covid-19



CONSELHO DE MINISTROS - Controlar a Pandemia - [DOC](#)

DGS - Relatório de Situação - COVID-19 - [DOC](#)

DGS - Covid-19 - [DOC](#)

DGS - Orientação n.º 036/2020 - Orientações específicas que permitam o regresso aos treinos e competições em segurança, minimizando o risco de transmissão do SARS-CoV-2. Apenas são consideradas neste momento a retoma da atividade desportiva enquadrada por federações desportivas com estatuto de utilidade pública desportiva, nos termos do Decreto-Lei n.º 248-B/2008 de 31 de dezembro, na sua redação atual - [DOC](#)

GOVERNO - Apresentado o Plano da Saúde para o Outono-Inverno 2020-21 - [DOC](#)

GOVERNO - Empresas podem entregar os planos para a igualdade até 25 de novembro - [DOC](#)

INE - Mortalidade em Portugal no contexto da pandemia COVID-19 – Semanas 1 a 35 - [DOC](#)

INE - Uma visão territorial sobre o contexto demográfico e expressão territorial da pandemia - Dados até 23 de setembro - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei n.º 74/2020, de 24 de Setembro

Altera a taxa de IVA aplicável aos fornecimentos de eletricidade em relação a determinados níveis de consumo e potências contratadas em baixa tensão normal - [DOC](#)

Lei n.º 58/2020, de 31 de Agosto

Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, alterando diversas leis - [DOC](#)

Lei n.º 57/2020, de 28 de Agosto

Estabelece normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, à primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de julho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho - [DOC](#)

Lei n.º 55/2020, de 27 de Agosto

Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2020-2022, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal - [DOC](#)

Lei n.º 53/2020, de 26 de Agosto

Estabelece normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro - [DOC](#)

Lei n.º 51/2020, de 25 de Agosto

Quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (iniciativa legislativa de cidadãos) - [DOC](#)

Lei n.º 50/2020, de 25 de Agosto

Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo, altera o Código dos Valores Mobiliários, o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo e o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e revoga a Lei n.º 28/2009, de 19 de junho - [DOC](#)

Lei n.º 49/2020, de 24 de Agosto

Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) 2018/1910 do Conselho, de 4 de dezembro de 2018, e 2019/475 do Conselho, de 18 de fevereiro de 2019, e alterando o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e o Código dos Impostos Especiais de Consumo - [DOC](#)

Lei n.º 48/2020, de 24 de Agosto

Altera o Código do IRS e a Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro - [DOC](#)

Lei n.º 47/2020, de 24 de Agosto

Transpõe os artigos 2.º e 3.º da Diretiva (UE) 2017/2455 do Conselho, de 5 de dezembro de 2017, e a Diretiva (UE) 2019/1995 do Conselho, de 21 de novembro de 2019, alterando o Código do IVA, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e legislação complementar relativa a este imposto, no âmbito do tratamento do comércio eletrónico - [DOC](#)

Lei n.º 44/2020, de 19 de Agosto

Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários - [DOC](#)

**Lei n.º 41/2020, de 18 de Agosto**

Terceira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, Lei de Enquadramento Orçamental, e primeira alteração à Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 76/2020, de 25 de Setembro

Adapta ao progresso técnico as novas definições das unidades de base do Sistema Internacional de Unidades, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1258 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de Setembro

Procede à adaptação do modelo de fiscalização de várias entidades públicas empresariais - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de Setembro

Atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 64/2020, de 10 de Setembro

Estabelece disposições em matéria de eficiência energética, transpondo a Diretiva (UE) 2019/2002 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de Setembro

Regula a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento, S. A., e aprova os respetivos Estatutos - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 49/2020, de 4 de Agosto

Estabelece o regime sancionatório aplicável à violação de regras sobre acesso à Internet aberta e sobre chamadas intra-União Europeia reguladas - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de Agosto

Determina a definição dos procedimentos a adotar no que se refere à submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 34/2020, de 1 de Setembro

Declaração de Retificação à Lei n.º 48/2020, de 24 de agosto, «Altera o Código do IRS e a Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro» - [DOC](#)

Portaria n.º 225/2020, de 29 de Setembro

Primeira alteração à Portaria n.º 1432/2008, de 10 de dezembro, que aprovou o modelo de título de residência a ser emitido a cidadãos estrangeiros autorizados a residir em território nacional, e segunda alteração à Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro, que aprova os modelos de certificado de registo de cidadão da União Europeia - [DOC](#)

Portaria n.º 220/2020, de 21 de Setembro

Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2020 - [DOC](#)

Portaria n.º 215/2020, de 10 de Setembro

Aprova o novo modelo da declaração recapitulativa a que se referem a alínea i) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA e a alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, bem como as respetivas instruções de preenchimento - [DOC](#)

Portaria n.º 207/2020, de 27 de Agosto

Regula a medida Incentivo ATIVAR.PT, que consiste na concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito no Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. - [DOC](#)

**Portaria n.º 206/2020, de 27 de Agosto**

Regula a medida Estágios ATIVAR.PT, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados - [DOC](#)

Portaria n.º 204/2020, de 24 de Agosto

Adequa os quantitativos das taxas e os demais encargos devidos pelos procedimentos administrativos inerentes à concessão de vistos em postos de fronteira, à prorrogação de permanência em território nacional, à emissão de documentos de viagem, à concessão e renovação de autorizações de residência, à disponibilidade de escolta, à colocação de estrangeiros não admitidos em centros de instalação temporária e à prática dos demais atos relacionados com a entrada e permanência de estrangeiros no País - [DOC](#)

Portaria n.º 195-A/2020, de 13 de Agosto

Altera a Portaria n.º 41/2020, de 13 de fevereiro, adequando o período de transição do regime remuneratório garantido, aplicável aos centros eletroprodutores que utilizam resíduos urbanos como fonte de produção de eletricidade - [DOC](#)

Portaria n.º 191/2020, de 10 de Agosto

Aprova o modelo oficial do adicional de solidariedade sobre o setor bancário (declaração modelo 57), bem como as respetivas instruções de preenchimento - [DOC](#)

Despacho Normativo n.º 10-A/2020, de 15 de Setembro

Prorroga os prazos previstos no n.º 4 do artigo 3.º e no n.º 2 do artigo 5.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, prazos de comunicações de empresas cotadas e setor público empresarial - [DOC](#)

Despacho n.º 8363/2020, de 31 de Agosto

Aprova os modelos de formulários para efeitos de aplicação das convenções para evitar a dupla tributação internacional - mod. 21-RFI a mod. 24-RFI - [DOC](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

DECRETOS DA ASSEMBLEIA

Decreto da Assembleia 71/XIV, 6 de Agosto

Estabelece normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, à primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de julho e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho - [DOC](#)

Decreto da Assembleia 70/XIV, 6 de Agosto

Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, alterando diversas leis - [DOC](#)

Decreto da Assembleia 67/XIV, 4 de Agosto

Terceira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, Lei de Enquadramento Orçamental, e primeira alteração à Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro - [DOC](#)

Decreto da Assembleia 63/XIV, 3 de Agosto

Estabelece normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro - [DOC](#)

Decreto da Assembleia 54/XIV, 3 de Agosto

Transpõe os artigos 2.º e 3.º da Diretiva (UE) 2017/2455 do Conselho, de 5 de dezembro de 2017, e a Diretiva (UE) 2019/1995 do Conselho, de 21 de novembro de 2019, alterando o Código do IVA, o Regime do IVA nas



Transações Intracomunitárias e legislação complementar relativa a este imposto, no âmbito do tratamento do comércio eletrónico - [DOC](#)

Decreto da Assembleia 51/XIV, 3 de Agosto

Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema de imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) 2018/1910 do Conselho, de 4 de dezembro de 2018, e 2019/475 do Conselho, de 18 de fevereiro de 2019 e alterando o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e o Código dos Impostos Especiais de Consumo - [DOC](#)

Decreto da Assembleia 49/XIV, 3 de Agosto

Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários - [DOC](#)

Decreto da Assembleia 47/XIV, 3 de Agosto

Altera o Código do IRS e a Lei n.º 119/2019, de 18 de Setembro - [DOC](#)

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 503/XIV (PCP), 16 de Setembro

Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Resposta da PGR sobre o Novo Banco - [DOC](#)

Nova plataforma eletrónica de decisões arbitrais já se encontra online - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros, de 1 de Outubro - [DOC](#)

ponto 4. Foi aprovada a resolução que define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos serviços públicos de atendimento aos cidadãos e empresas.

ponto 6. Foi aprovada a resolução que prorroga o mandato do «Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública» (CTIC) para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos para a Estratégia TIC 2020, incluindo a respetiva avaliação, assim como para elaborar uma nova Estratégia de Transformação Digital para a Administração Pública para o período 2021-2023.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 24 de Setembro - [DOC](#)

ponto 2. Decreto-Lei que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença Covid-19, nomeadamente e entre outras:

- as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social, e demais entidades da economia social, passam a vigorar até 30 de setembro de 2021;
- define-se que a distribuição de lucros, sob qualquer forma, o reembolso de créditos aos sócios e a aquisição de ações ou quotas próprias, por parte das entidades beneficiárias, determina a cessação dos efeitos das medidas de apoio extraordinário à liquidez;
- as entidades beneficiárias que, no dia 1 de outubro de 2020, se encontrem abrangidas por alguma das medidas de apoio extraordinário à liquidez, beneficiam da prorrogação suplementar e automática dessas medidas pelo período de seis meses, compreendido entre 31 de março de 2021 e 30 de setembro de 2021.

ponto 4. Foram aprovados 8 diplomas que transpõem e executam para a ordem jurídica interna Diretivas e Regulamentos da União Europeia referentes a diferentes matérias:

- Decreto-lei que transpõe parcialmente a Diretiva 2019/2177, relativa ao setor segurador, que revê o risco associado à componente nacional com impacto nos produtos de seguro;



Comunicado do Conselho de Ministros, de 10 de Setembro - [DOC](#)

ponto 3. Foi aprovado, na generalidade, o projeto de proposta de lei das Grandes Opções do Plano para 2021, o qual foi enviado para análise e parecer do Conselho Económico e Social.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 3 de Setembro - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje, para discussão pública, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção 2020-2024.

ponto 2. Foi aprovada a aplicação de taxas de IVA diferenciadas em função de escalões de consumo.

Comunicado do Conselho de Ministros, de Extraordinário de 20 de agosto de 2020 - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje, por via eletrónica, a autorização para o investimento de 20 milhões de euros em contratos a celebrar para a aquisição de vacinas contra a COVID-19.

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

CMVM emite orientações sobre a **avaliação da adequação para o exercício de funções reguladas e de titulares de participações qualificadas** - [DOC](#)

CMVM publica **resultados globais do sistema de controlo de qualidade da auditoria** no ciclo 2019/2020 - [DOC](#)

CMVM emite orientações sobre a **avaliação da adequação para o exercício de funções reguladas e de titulares de participações qualificadas** - [DOC](#)

CMVM publica **resultados globais do sistema de controlo de qualidade da auditoria** no ciclo 2019/2020 - [DOC](#)

CMVM solicita ao Ministério das Finanças abertura de **procedimento para designação de novo administrador** - [DOC](#)

Conferência anual da CMVM debate “Investir na retoma: o papel do mercado de capitais” a 8 de outubro - [DOC](#)

Comunicado da **Comissão Diretiva do SII sobre a lista de créditos abrangidos** no âmbito do acionamento motivado pela Orey Financial – Instituição Financeira de Crédito, S.A. - [DOC](#)

Perguntas e Respostas destinadas às empresas sobre o EMIR e respetiva taxa de supervisão - [DOC](#)

CMVM celebra em outubro a **Semana Mundial do Investidor** - [DOC](#)

Caderno do Mercado de Valores Mobiliários - N.º 63 - [DOC](#)

CMVM delibera a renovação da suspensão da negociação das ações da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA e outros instrumentos relacionados - [DOC](#)

Oferta pública de aquisição sobre o Grupo Média Capital, SGPS, S.A. - [DOC](#)

Perguntas e Respostas na sequência da **modificação da oferta pública de aquisição sobre o Grupo Media Capital** - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Julho - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Agosto - [DOC](#)



Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Julho - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais português** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais português** - Julho - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Julho - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 4/2020, de 00 de Setembro - Projeto regulamentar relativo à base de dados de contas - [DOC](#)

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 25/2020 - Aprova o reporte sobre a atividade desenvolvida, em território nacional, por entidades financeiras com sede noutro Estado-Membro da União Europeia, que operem em Portugal ao abrigo do regime da livre prestação de serviços - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 24/2020 - Divulga, para o 4.º trimestre de 2020, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores no âmbito do DL n.º 133/2009, de 02-06 - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 23/2020 - Altera a Instrução do Banco de Portugal n.º 13/2020 - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2020/00000055 - Divulga o modelo aplicável às comunicações efetuadas pelos prestadores de serviços de pagamento ao Banco de Portugal em cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 70.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2018, de 26 de setembro - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2020/00000054 - Informa, na sequência da divulgação de comunicados do GAFI (reunião plenária de junho de 2020), e uma vez que não se verificaram alterações relativamente às jurisdições incluídas nas listas constantes dos comunicados do GAFI de 21 de fevereiro de 2020, que a informação e alertas veiculados no âmbito da Carta Circular n.º CC/2020/00000030 permanecem atuais e em vigor - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2020/00000053 - Medidas de flexibilização relacionadas com a pandemia de COVID-19 - prazo de reposição de reservas de capital e liquidez. Informa de que o Banco de Portugal permitirá a reposição da reserva combinada de fundos próprios e do nível de Pillar 2 Guidance até pelo menos ao final de 2022, e permitirá a reposição do LCR até pelo menos ao final de 2021, tendo em vista reforçar a capacidade de financiamento à economia pelas instituições de crédito e a capacidade de absorção de perdas decorrentes da crise pandémica - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2020/00000052 - Sublinha a importância de as instituições de crédito menos significativas e demais entidades abrangidas pelo disposto no CRR, no âmbito do novo regime prudencial relativo a operações de titularização, darem adequado cumprimento às Orientações para a determinação do prazo de vencimento médio ponderado da tranche em conformidade com o artigo 257.º, n.º 1, alínea a) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (EBA/GL/2020/04), as quais devem ser seguidas e aplicadas no contexto da legislação e regulamentação em vigor que lhes seja aplicável - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Boletim Oficial n.º 9/2020 - Setembro - [DOC](#)



Boletim Oficial n.º 9/2020: 1º Suplemento - Setembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 9/2020: 2º Suplemento - Setembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 8/2020 - Agosto - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 8/2020: 1º Suplemento - Agosto - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 8/2020: 2º Suplemento - Agosto - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 8/2020: 3º Suplemento - Agosto - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 8/2020: 4º Suplemento - Agosto - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 8/2020: 5º Suplemento - Agosto - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 9/2020 - Setembro - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 8/2020 - Agosto - [DOC](#)

12.º Edição – Newsletter TARGET-PT - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

COVID-19 - Medidas de proteção dos créditos das famílias e das empresas foram prolongadas até 30 de setembro de 2021 - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre prazo de restabelecimento das reservas de capital e liquidez - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre informação agregada e anonimizada relativa a grandes posições financeiras do Novo Banco, S.A. - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a auditoria especial ao Novo Banco - [DOC](#)

Esclarecimento do Banco de Portugal sobre a divulgação do Relatório da Comissão de Avaliação das Decisões e atuação do Banco de Portugal na Supervisão do Banco Espírito Santo - [DOC](#)

Esclarecimento do Banco de Portugal sobre o despacho do Tribunal de Comércio de Lisboa relativo ao Relatório da Comissão de Avaliação das Decisões e atuação do Banco de Portugal na Supervisão do Banco Espírito Santo - [DOC](#)

Banco de Portugal passa a supervisionar ativos virtuais na prevenção de branqueamento de capitais - [DOC](#)

Sistema Bancário Português: Desenvolvimentos Recentes - [DOC](#)

NGFS divulga documentos sobre análise de riscos ambientais no sistema financeiro - [DOC](#)

Intervenção do Governador Mário Centeno no Eurofi Financial Forum 2020 (apenas em inglês) - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Administrador Luís Laginha de Sousa no evento “Sustainable Finance – Sharing experiences on green financial services” - [DOC](#)

Taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 4.º trimestre de 2020 - [DOC](#)

O comércio português de serviços não turísticos é dominado por empresas que são simultaneamente exportadoras e importadoras - [DOC](#)

A aquisição de títulos de dívida de empresas pelo BCE diminuiu o custo de financiamento daquelas com acesso aos mercados de capitais - [DOC](#)

Os grupos bancários portugueses reduziram a sua complexidade geográfica entre 2014 e 2018 - [DOC](#)



INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Sistema Bancário Português - 2.º trimestre de 2020 - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Julho - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Junho - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Julho - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Junho - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Julho - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Junho - [DOC](#)

Posição de investimento internacional: Junho - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Julho - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Junho - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Julho - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Junho - [DOC](#)

Fundos de investimento: Junho - [DOC](#)

Emissões de títulos: Julho - [DOC](#)

Emissões de títulos: Junho - [DOC](#)

Dívida pública: Junho - [DOC](#)

ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Consulta Pública n.º 8/2020 - Projetos de Normas Regulamentares relativas à prestação de informação para efeitos de supervisão à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - [DOC](#)

Norma Regulamentar n.º 9/2020-R, estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no quarto trimestre de 2020 - [DOC](#)

Nota de Informação sobre Publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 78-A/2020, de 29 de setembro, que estabelece um regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro - [DOC](#)

Ações tomadas pela ASF em prol das famílias, operadores económicos, empresas de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões, no âmbito da pandemia COVID-19 - [DOC](#)

Fundos de Pensões - Atualização das Medidas de Flexibilização e Recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico Coronavírus - COVID-19 - [DOC](#)

Distribuição de Seguros - Atualização das Medidas de Flexibilização e Recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico coronavírus COVID-19 - [DOC](#)

Empresas de Seguros - Atualização das Medidas de Flexibilização e Recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico coronavírus COVID-19 - [DOC](#)

Relatório de Evolução da Atividade Seguradora - 1.º Semestre 2020 - [DOC](#)



Relatório de Evolução dos Fundos de Pensões - 1.º Semestre 2020 - [DOC](#)

Relatório Estatístico do FGA – 1.º Semestre 2020 - [DOC](#)

Relatório de Gestão de Reclamações – 1.º Semestre de 2020 - [DOC](#)

Aplicação das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, com impacto nos consumidores - [DOC](#)

Relatório de Análise de Riscos do Setor Segurador – agosto 2020 - [DOC](#)

Recomendações dos Provedores do Cliente das empresas de seguros e dos Provedores dos participantes e beneficiários dos Fundos de Pensões - [DOC](#)

Esclarecimento da ASF sobre a notícia publicada no dia 10 de agosto de 2020, no jornal Público com o título “Novo Banco vendeu seguradora com desconto de 70%” “coberto” pelo Estado - [DOC](#)

Publicação do Regulamento de Execução (UE) 2020/1145, de 31 de julho - [DOC](#)

Painel de Riscos do Setor Segurador da ASF – Primeiro trimestre de 2020 - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Limitação extraordinária de pagamentos por conta em sede de IRC de 2020 - [DOC](#)

Relatório do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos - REAID 2.º Semestre 2019 - [DOC](#)

Despacho n.º 354/2020-XXII, de 11/9, do SEAF - Pagamentos em prestações (IRS e IRC) - [DOC](#)

Despacho n.º 338/2020-XXII, de 24/08, do SEAF - Pagamentos por conta do IRC - [DOC](#)

Despacho n.º 330/2020-XXII, de 13/08, do SEAF - Entrega de declarações periódicas de IVA e respetivo pagamento - [DOC](#)

Despacho n.º 272/2020-XXII, de 27/7, do SEAF - Prorrogação do prazo até 31 de outubro de 2020 da aplicabilidade dos benefícios fiscais previstos no Estatuto do Mecenato e exclusão de tributação em Imposto de Selo (COVID 19) - [DOC](#)

Boletim Informativo da AT n.º 6/2020 - [DOC](#)

Circular n.º 7/2020 - IFRS 16 - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 18086/2020 - Operações imobiliárias – Renúncia à isenção - Fusão de entidades, cujos certificados de renúncia à isenção de IVA obtidos previamente pela incorporada sejam transferidos automaticamente da esfera desta para a esfera da entidade da incorporante - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 17742/2020 - Cedência de créditos - Empresa do Grupo celebrará um acordo de cedência de créditos, "transferência a título definitivo e sem direito de regresso". O Acordo terá por âmbito, somente, os créditos que resultarem das vendas e prestações de serviços efetuadas pela Requerente no âmbito da sua atividade operacional - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 17741/2020 - Faturas – Faturação em formato eletrónico - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 1464/2020 - Alienação e amortização/extinção de ações próprias - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 427/2020 - Enquadramento fiscal de gastos de desmantelamento - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 002122/2020 - Retenção na fonte – Rendimentos de Capitais – juros de mora atribuídos pelo atraso no pagamento de uma indemnização por danos materiais - [DOC](#)



DGO - DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Dados da execução orçamental mensais - [DOC](#)

Síntese de Execução Orçamental - [DOC](#)

Contas Provisórias Trimestrais - [DOC](#)

Prazo médio de Pagamentos a Fornecedores - [DOC](#)

SDDS Plus – Receitas e Despesas da Administração Central - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 299/2020, de 18 de Setembro

I. Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do n.º 8 do artigo 1091.º do Código Civil, na redação dada pela Lei n.º 64/2018, de 29 de outubro. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 255/2020, de 31 de Julho

I. Julga inconstitucional a norma do n.º 2 do artigo 261.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, segundo a qual o disposto no artigo 81.º da mesma lei, no segmento em que altera a redação do artigo 6.º-A do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, produz efeitos a partir de 7 de março de 2014 - dia da entrada em vigor da Lei n.º 11/2014, de 6 de março - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 18 de Junho

I. O art.º 55.º, n.º 1, da Lei da Concorrência (LdC) vigente ao tempo da operação de concentração de empresas (Lei n.º 18/2003, de 11.06), ao admitir recurso de acórdão da Relação para o STJ, consagra a existência de um triplo grau de jurisdição, querendo afastar-se do regime geral da lei processual administrativa de acesso ao Supremo Tribunal Administrativo, que apenas prevê a impugnação como recurso excepcional.

II. A Ex-Direcção Geral dos Transportes Territoriais e Fluviais (DGTTF) não tem natureza de entidade reguladora sectorial para que, nos termos do art.º 39.º da LdC devesse pronunciar-se sobre uma operação de concentração de empresas notificada à Autoridade da Concorrência (AdC).

III. Embora a DGTTF desenvolvesse uma actividade reguladora (do sector dos transportes) carecia de independência funcional, característica essencial de uma entidade reguladora sectorial, na medida em que o Director-Geral orientava, coordenava e dirigia o serviço dentro da orientação definida pelo Governo, ou seja, a actividade da DGTTF estava sujeita a controlo de mérito (tutela de mérito), tendo que prestar contas ao Governo quanto à orientação seguida, o que a afastava como entidade reguladora sectorial. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 10 de Setembro

I. A declaração de ilegalidade de normas imediatamente operativas com efeitos circunscritos ao caso concreto pode ter como fundamento a violação de normas e princípios constitucionais, sobretudo se esse pedido visa a desaplicação ao requerente de uma medida proibitiva no âmbito de um processo urgente de intimação para a protecção de direitos, liberdades e garantias.

II. A apreciação dos pressupostos processuais no âmbito da intimação para a protecção de direitos, liberdades e garantias tem de atentar nas especiais características deste meio processual enquanto instrumento, entre nós, de obtenção de amparo constitucional.

III. A pandemia da COVID19 tem-se caracterizado, juridicamente, pelo surgimento de um Estado de Direito da emergência sanitária, no qual a "limitação" de direitos decorrente das medidas administrativas de combate e mitigação tem de ser avaliada com base nos seguintes pressupostos: i) na excepcionalidade e temporalidade das medidas adoptadas; ii) na existência de uma concreta cadeia ininterrupta de legitimação democrática que as suporta; e iii) na respectiva legitimação por via da internormatividade técnica internacional e da comparação e interdependência entre as medidas adoptadas pelos diversos Estados e Administrações.

IV. As medidas administrativas de gestão da pandemia reconduzem-se, também, a um direito administrativo do risco, no âmbito do qual a gestão do risco é prosseguida através da adopção de medidas que se inscrevem no núcleo da função administrativa e cuja proporcionalidade o tribunal syndica sem pôr em causa o núcleo da separação dos poderes. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 1 de Julho

I. Na construção do conceito de rendimento tributário o C.I.R.S. adopta a concepção de "rendimento-acrécimo", segundo a qual a base de incidência deste tributo abrange todo o aumento do poder aquisitivo do contribuinte, incluindo nela as mais-valias e, de um modo geral, as receitas irregulares e ganhos fortuitos, os quais também devem ser considerados manifestações de capacidade contributiva (cfr.n.º 5 do preâmbulo do dec.lei 442-A/88, de 30/11, o qual aprovou o C.I.R.S.).

II. Como sucedâneo do recurso à reconstituição natural, enquanto forma de reparação do dano, a indemnização, normalmente em dinheiro, consiste na reparação, mediante compensação adequada, do prejuízo sofrido por outrem, sendo o seu cálculo baseado na teoria da diferença, expressa entre a situação real em que o lesado se encontra e a situação hipotética em que se encontraria, acaso não tivesse ocorrido o facto gerador do dano, em termos de causalidade adequada, devendo reportar-se tal avaliação à data mais recente que possa ser atendida pelo Tribunal (cfr.artº.566, n.ºs.1 e 2, do C.Civil).



III. O contrato de permuta não tem actualmente regulamentação no Código Civil, apresentando-se como um contrato atípico, inominado, de cariz oneroso, a que são aplicáveis, com as devidas adaptações, as normas da compra e venda (cfr.artº.939, do C.Civil). Será talvez o mais antigo contrato estabelecido entre humanos desde tempos imemoriais em que, na ausência de dinheiro, apenas a troca de bens permitia obter o que o outro possuía e nos faltava. Guardou essa característica de troca de bens que o anterior Código de Seabra tipificou no artº.1592, com a designação de "escambo" ou "troca", apresentando-se actualmente com consagração legal e um uso renovado ao nível do mercado imobiliário (cfr.artºs.2, nº.5, al.b), e 4, al.c), do C.I.M.T.). A realidade que lhe está subjacente reconduz-se a duas compras e vendas recíprocas e de sinal contrário, de bens ou de direitos, em que a contraprestação não consiste em dinheiro, mas sim no bem alienado pela contraparte integradas num mesmo contrato, um único acordo de vontades. A regulamentação própria do contrato de compra e venda não lhe é adequada quanto às regras que são efeito necessário da existência de preço, aqui ausente.

IV. Em termos gerais, o C.I.R.S. concretiza a citada conceção de "rendimento-acrécimo", sujeitando a tributação as indemnizações que constituam acréscimos patrimoniais (ou aquelas em que a falta de comprovação dos danos permita apontar também nesse sentido). Deste modo, o C.I.R.S. considera como rendimentos tributáveis, no âmbito da categoria G, os seguintes tipos de indemnização (cfr.artº.9, nº.1, al.b) do C.I.R.S.):

a - As indemnizações por danos não patrimoniais (exceptuadas as fixadas por decisão judicial ou arbitral ou resultantes de acordo homologado judicialmente);

b - As indemnizações por danos emergentes não comprovados; e

c - As indemnizações por lucros cessantes (considerando-se como tais apenas as que se destinem a ressarcir os benefícios líquidos deixados de obter em consequência da lesão).

V. A prestação pecuniária efectuada no âmbito de um contrato de permuta de bens imóveis, ainda que futura e incerta, decorre do carácter sinalagmático do mesmo contrato, assim não revestindo natureza indemnizatória, pelo que não fica sujeita a tributação em I.R.S. ao abrigo do artº.9, nº.1, al.b), do C.I.R.S. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 1 de Julho

I. O artigo 3.º n.º 1, do Código de Procedimento e de Processo Tributário deve ser interpretado no sentido de que a personalidade judiciária tributária resulta da atribuição da personalidade tributária a quem, em abstrato, e nos termos da lei tributária, a possa ter.

II. Tem, por isso, personalidade judiciária tributária a sociedade comercial extinta nos termos da lei comercial, se no ato tributário lhe é atribuída personalidade tributária e das leis tributárias não resulta que, em abstrato, não a possa ter. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 9 de Julho

I. Nos termos do preceituado no nº1 do artigo 60º do CIRC (na redacção aplicável) são imputados aos sócios residentes em território português, na proporção da sua participação social e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades residentes fora desse território e aí submetidos a um regime fiscal claramente mais favorável. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 25 de Junho

I. O prazo para deduzir oposição previsto no n.º 1 do artigo 203.º do CPPT é um prazo para a prática de um acto no processo de execução fiscal, que tem natureza judicial (artigo 103.º da LGT), motivo por que se lhe aplicam as regras de contagem previstas no CPC, como determina o artigo 20.º, n.º 2, do CPPT.

II. Ao prazo de trinta dias previstos no artigo 203.º, n.º 1, al. a) do CPPT acresce a dilação é de cinco dias quando a citação tenha tido lugar fora da área da comarca em que se situa o serviço da Administração Tributária onde corre o processo de execução.

III. É aplicável ao prazo para dedução de oposição à execução fiscal a dilação prevista no artigo 252.º-A, n.º 1, alínea b), do CPC, nos termos em que aí está prevista, isto é, sempre que o oponente seja citado fora da área da comarca sede do tribunal, mesmo que tal área se inclua na área de jurisdição do tribunal tributário.

IV. À luz do regime da responsabilidade subsidiária prevista no artigo 24.º, n.º 1, da LGT, em qualquer das suas duas alíneas, a possibilidade de reversão não se basta com a gerência de direito, exigindo-se o exercício de facto da gerência.

V. É à Fazenda Pública, enquanto exequente, que compete demonstrar a verificação dos pressupostos da reversão da execução fiscal. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 25 de Junho

I. O direito à fundamentação dos actos tributários tem assento no artigo 268.º, nº 3 da Constituição da República Portuguesa e encontra-se concretizado pelo legislador ordinário no artigo 77.º da LGT e artigo 125.º do CPA (na redacção aplicável à data dos factos).

II. O acto tributário de liquidação adicional efectuado nos termos do artigo 87.º do CIVA encontra-se suficientemente fundamentado quando exprime em termos claros, suficientes, congruentes e inteligíveis o critério legal e a motivação da mesma.



III. A fundamentação de uma liquidação de juros compensatórios deve dar a conhecer, pelo menos, o montante de imposto sobre o qual incidem os juros, a taxa ou taxas aplicáveis e o período da sua contagem. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 25 de Junho

I. Embora a lei não o determine expressamente, a citação do devedor subsidiário nos termos do art. 22º/5 da LGT deverá ser acompanhada da informação de que tem o direito a requerer revisão da matéria tributável, sem o que não pode discutir em tribunal o erro na quantificação e os pressupostos da aplicação de métodos indiretos.

II. Se esta informação tiver omitida, como os interessados não devem ser prejudicados pelos erros das entidades públicas, impõe-se o reconhecimento de que houve erro na notificação dos meios de reação contra o acto notificado o que permite ao revertido exercer o meio adequado de reação no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado da decisão judicial, nos termos do art. 37º/4 do CPPT. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 25 de Junho

I. Se por acordo entre os contraentes foi declarado um preço inferior ao valor real com o intuito de enganar a AT, o negócio reúne as características do negócio simulado (art.º 240º do Código Civil) na cláusula relativa ao preço.

II. Na simulação relativa parcial quanto ao valor, a nulidade reporta-se a esse elemento parcial do negócio, mantendo-se o negócio válido com o valor da prestação realmente convencionado. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 4 de Junho

I. Segundo o disposto no artigo 1.º do DL n.º 495/88 de 30 de Dezembro (na redacção introduzida pelo DL n.º 318/94, de 24 de Setembro) as sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), têm por único objecto contratual a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, sendo a participação numa sociedade considerada forma indirecta de exercício da actividade económica desta quando não tenha carácter ocasional e atinja, pelo menos, 10% do capital com direito de voto da sociedade participada, quer por si só quer através de participações de outras sociedades em que a SGPS seja dominante (note-se, que o artigo 4.º, n.º 1, permite ainda às SGPS a prestação de serviços técnicos de administração e gestão a todas ou a algumas das sociedades em que detenham participações).

II. Nos termos do artigo 4.º, n.º 2 do diploma referido em I. «A prestação de serviços será objecto de contrato escrito, no qual será especificada a correspondente remuneração, que não pode exceder o respectivo valor de mercado.».

III. Como tal deve entender-se que à Administração Tributária apenas compete ajuizar se os serviços contratados foram ou não efectivamente prestados e se o preço pago foi superior ao valor que é praticado no mercado, estando-lhe vedada qualquer posição que coloque em causa o princípio do equilíbrio financeiro/económico do contrato celebrado. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 10 de Setembro

I. Quando uma sentença de condenação diz que, de uma dada prestação, apenas é devida a parte de capital e que não sabe qual é o valor desta e que, por isso, ela tem de ser liquidada posteriormente, essa liquidação tem de ser feita no processo declarativo e não no requerimento executivo, porque não depende de simples cálculo aritmético (arts. 704/6 e 716/4 e 5, ambos do CPC).

II. Eventual plano financeiro que discrimine as várias parcelas da prestação, que não seja referido na sentença a liquidar, não é um elemento que dela conste, pelo que tem de poder ser contestado, pelo que não se podem fazer, no requerimento executivo, cálculos aritméticos com base nele. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 18 de Junho

I. No âmbito de incidente de consignação em depósito, a parte requerente que viu ser declarada extinta a instância por inutilidade da lide, na sequência de despacho que indeferira a anulação da venda e adjudicação de bens ao exequente, não transitado, tem não só legitimidade processual para a interposição de recurso como interesse em agir, consistente na utilidade prática que retirará com a revogação do despacho, uma vez que esta revogação permitirá a prossecução dos autos e efectivação do depósito pretendido.

II. Sendo arguida a nulidade da sentença/despacho, é exigido que a violação da lei processual por parte do juiz, ao proferir alguma decisão, preencha um dos casos agora contemplados no nº1 do artº 615 do C.P.C., nomeadamente quando o juiz aprecie uma determinada questão sem respeito pelo princípio do contraditório, quando não fundamente a sua decisão ou, quando fundamentando-a, os fundamentos estejam em contradição com esta e ainda quando omita pronúncia sobre questão de que tenha de conhecer ou ultrapasse os limites do pedido que lhe é formulado.

III. Não enferma de nulidade a decisão proferida em sede de incidente de consignação em depósito, que declarou a extinção da instância por inutilidade superveniente da lide, com fundamento em despacho proferido na execução que indeferiu a requerida anulação da venda, despacho este notificado ao executado e requerente neste incidente e constando deste não só os fundamentos pelos quais se considerava ocorrer a inutilidade do incidente, como a sua fundamentação jurídica.



IV. O devedor pode livrar-se da obrigação mediante o depósito da coisa devida quando ocorram duas circunstâncias: quando, sem culpa sua, não puder efectuar a prestação ou não puder fazê-lo com segurança, por qualquer motivo relativo à pessoa do credor; quando existir mora do credor (artº 841 do C.P.C.).

V. Neste caso, o devedor que pretende exonerar-se de prestação que, sem culpa sua, não foi satisfeita, deve recorrer ao processo especial de consignação em depósito previsto nos artºs 916 e segs. do C.P.C., requerendo o depósito da coisa devida, incluindo outros encargos para além do capital, se devidos e declarando o motivo por que pede o depósito, que se terá de adequar ao previsto no regime substantivo supra citado.

VI. Penhorados bens consistentes em acções e alienadas as mesmas, não pode o executado recorrer ao incidente de consignação em depósito, ainda que tenha invocado a nulidade da venda, pois que se não verificam os pressupostos consistentes na mora do credor, ou obstáculo ao oportuno cumprimento do crédito.

VII. Neste caso, a pretensão do requerente de depósito da quantia devida não perde utilidade pela decisão proferida quanto à pretendida anulação da venda das acções e sua adjudicação ao exequente, mas era já causa de impossibilidade originária da lide pela satisfação do direito do credor por via da adjudicação das referidas acções, ocorrida em momento prévio à pretendida consignação em depósito. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 17 de Junho

I. Não tendo sido notificado enquanto responsável singular pelos factos de que é acusado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 105.º, nº 4, al. b), do RGIT (aditada pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro - Lei do Orçamento de Estado para 2007), está verificada a preterição de uma condição de punibilidade objetiva para que lhe seja imputado o crime de abuso de confiança fiscal de que é acusado.

II. Nesta sede a responsabilidade criminal do arguido não se confunde com a responsabilidade criminal da sociedade. Daí que o legal representante, neste caso o arguido, responda, em seu nome pessoal, pelos actos descritos na acusação/pronúncia. Não é assim indiferente que o ora arguido tenha sido notificado na qualidade de legal representante e não também em nome pessoal.

III. Existindo por erro ou lapso material duas notificações com expressa referência à sociedade, e não ao arguido enquanto pessoa singular, tal facto não o pode desfavorecer quando acaba por ser confrontado com duas notificações de idêntico teor. Não é exigível que o arguido entenda o contrário do constante dos textos das notificações. Assim, a haver um erro material, esse erro contende com os direitos do arguido já que é modificadora da sua situação processual.

IV. Não é assim indiferente que o ora arguido tenha sido notificado na qualidade de legal representante e não também em nome pessoal. Ao ser apenas notificado naquela qualidade, o pagamento das quantias a que se reporta o citado preceito legal deveria ter sido feito pela sociedade arguida e não pelo próprio arguido.

V. A falta de notificação regular, nos termos e para os efeitos do artigo 105.º, nº4, alínea b) do Regime Geral das Infrações Tributárias, constitui uma irregularidade. Nestes termos, pode o Tribunal ordenar, oficiosamente ou a requerimento, a reparação da irregularidade em causa, no momento em que da mesma tomar conhecimento, quando ela puder afetar o valor do acto praticado, nos termos do artigo 123.º, n.º 2 do Código de Processo Penal. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Porto, de 14 de Julho

I. Independentemente do motivo justificativo do contrato, havendo as partes celebrado sucessivos contratos a termo, em que a celebração do seguinte ocorre imediatamente a seguir ao termos do anterior devem ser considerados como um único contrato, sem termo.

II. Nos termos do disposto no art. 143º, nº 1 do Código de Trabalho, a cessação de contrato de trabalho a termo, por motivo não imputável ao trabalhador, impede nova admissão ou afectação do trabalhador através de contrato de trabalho a termo certo ou incerto, ou contrato temporário, cuja execução se concretize no mesmo posto de trabalho, celebrado com o mesmo empregador antes de decorrido um período de tempo equivalente a um terço da duração do contrato, incluindo renovações.

III. Assim, os contratos desse modo celebrados só podem considerar-se, como um único contrato celebrado sem termo, conforme art. 147º, nº 1, al. d) do mesmo Código, com início na data de celebração do primeiro.

IV. Como é sabido, os recursos são meios para obter o reexame de questões já submetidas à apreciação dos tribunais inferiores, e não para criar decisões sobre matéria nova, não submetida ao exame do tribunal de que se recorre.

V. Apesar de inexistir a dupla filiação a extensão de um contrato colectivo de trabalho a entidades patronais não inscritas nas associações subscritoras depende de essas entidades exercerem a sua actividade no sector económico a que a convenção se aplica, nos termos do art. 514º, nº 1, do Código do Trabalho e dos termos concretos em que aquela extensão se mostra prescrita nas portarias de extensão. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Porto, de 15 de Junho

I. A razão de ser da tanto quanto possível individualização dos documentos pretendidos para efeitos instrutórios nos termos previstos no nº 1 do artigo 429º do Código de Processo Civil é a de permitir à pessoa a quem se dirige a requisição uma tomada de posição esclarecida sobre essa pretensão, designadamente sobre a existência do documento e sobre a protecção de



que o mesmo possa eventualmente beneficiar ou, dito de outro modo, para possibilitar um eficaz contraditório relativamente a tal pretensão instrutória.

II. O direito à prova é parte essencial do direito fundamental de acesso ao direito (artigo 20º da Constituição da República Portuguesa), na vertente do direito a um processo equitativo, constituindo-se como peça fundamental para a realização efetiva do direito de ação judicial.

III. No entanto, o direito à prova, como qualquer direito, não é ilimitado e uma dessas limitações pode decorrer do denominado sigilo da escrituração comercial, sigilo que tem vindo a sofrer forte erosão, de tal modo que hoje se pode afirmar que na realidade e em princípio essa escrituração não tem na prática natureza secreta. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 15 de Dezembro de 2016

I. É admissível a impugnação judicial direta das deliberações do Conselho de Administração de sociedade comercial. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 21 de Maio

I. Os critérios de cálculo da taxa de justiça devem garantir um mínimo de proporcionalidade entre o valor cobrado ao cidadão que recorre ao sistema público de administração da justiça e o custo/utilidade do serviço e a sua qualidade, de modo a que o seu valor não impeça o acesso à justiça.

II. Na fixação do montante das custas devidas nas causas de valor superior a € 275 000, o remanescente da taxa de justiça é considerado na conta a final, salvo se a especificidade da situação o justificar e o juiz de forma fundamentada, atendendo designadamente à complexidade da causa e à conduta processual das partes, dispensar o pagamento.

III. Na avaliação da complexidade de um processo, devemos considerar, pelo menos, duas vertentes, uma que respeita ao processado na constância da ação, e, uma outra, que se atém ao labor na prolação das decisões vertidas no processo.

IV. Quanto à primeira vertente, importa, por um lado, ter presente o ritual processual estabelecido no Código de Processo Civil, que, basicamente, se atém aos articulados, audiência preliminar, audiência de julgamento, sentença e recurso, podendo assim considerar-se que este será o processado padrão, e, por outro, atender à forma como as partes litigaram, atendendo aqui, em particular, aos excessos de litigância de qualquer das partes.

V. No que respeita à segunda vertente, importa avaliar, grosso modo, as questões que foram postas ao Tribunal e o estudo que as mesmas exigiram, em termos médios, para a boa composição do litígio.

VI. Embora havendo desvio ao processo padrão, se a conduta processual das partes não merece censura e as questões colocadas ao Tribunal abrangidas pelo processado anómalo podem qualificar-se como questões simples, tendo em conta o valor já pago de Taxa de Justiça, este mostra-se adequado ao pagamento dos meios que a Administração da Justiça envolveu para resolver o litígio, sendo certo que, se houve a necessidade de se realizarem duas audiências de julgamento, e se demorou 10 anos para compor o presente litígio, tal se deveu a graves problemas da máquina da justiça, pelos quais as partes não podem ser responsabilizadas e assim se justifica a dispensa do pagamento do remanescente da Taxa de Justiça devida a final. - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 27 de Julho

IRS – Mais valias imobiliárias, não residente, artigos 43.º n.º 2 e 72.º n.º 9 do CIRS - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

COVID-19

Decisão de Execução (UE) 2020/1354 de 25 de setembro de 2020 que concede um apoio temporário à República Portuguesa ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19 - 29 de Setembro - [DOC](#)

Council Implementing Decision (EU) 2020/1177 of 7 August 2020 amending Implementing Regulation (EU) 2020/469 as regards postponing dates of application of certain measures in the context of the COVID-19 pandemic - August 10 - [DOC](#)

Council Implementing Decision (EU) 2020/1176 of 7 August 2020 amending Implementing Regulation (EU) 2019/1387 as regards postponing dates of application of certain measures in the context of the COVID-19 pandemic - August 10 - [DOC](#)

Council Implementing Regulation (EU) 2020/1318 of 22 September 2020 amending Implementing Regulations (EU) 2020/21 and (EU) No 2020/194 as regards the dates of application in response to the COVID-19 pandemic - September 23 - [DOC](#)

Council Recommendation (EU) 2020/1186 of 7 August 2020 amending Council Recommendation (EU) 2020/912 on the temporary restriction on non-essential travel into the EU and the possible lifting of such restriction - Date - [DOC](#)

Council Implementing Regulation (EU) 2020/1341 of 28 September 2020 amending Implementing Regulation (EU) 2020/466 as regards the period of application of temporary measures - September 29 - [DOC](#)

Commission Recommendation (EU) 2020/1307 of 18 September 2020 on a common Union toolbox for reducing the cost of deploying very high capacity networks and ensuring timely and investment-friendly access to 5G radio spectrum, to foster connectivity in support of economic recovery from the COVID-19 crisis in the Union - September 21 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/1306 of the European Central Bank of 16 September 2020 on the temporary exclusion of certain exposures to central banks from the total exposure measure in view of the COVID-19 pandemic - September 21 - [DOC](#)

DECISIONS AND REGULATION

Retificação da versão portuguesa da Diretiva (UE) 2019/2177 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2019, que altera a Diretiva 2009/138/CE relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros e a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo - 17 de Setembro - [DOC](#)

Council Recommendation of 20 July 2020 on the 2020 National Reform Programme of Portugal and delivering a Council opinion on the 2020 Stability Programme of Portugal 2020/C 282/22 - August 26 - [DOC](#)

Definitive adoption (EU, Euratom) 2020/1078 of amending budget N.º 4 of the European Union for the financial year 2020 - August 4 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/1076 of the European Parliament and of the Council of 18 June 2020 on the mobilisation of the European Union Solidarity Fund to provide assistance to Portugal, Spain, Italy and Austria - August 4 - [DOC](#)



Commission Implementing Decision (EU) 2020/1308 of 21 September 2020 determining, for a limited period of time, that the regulatory framework applicable to central counterparties in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland is equivalent, in accordance with Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council - September 21 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/1228 of 29 November 2019 laying down implementing technical standards with regard to the format of applications for registration as a securitisation repository or for extension of a registration of a trade repository pursuant to Regulation (EU) 2017/2402 of the European Parliament and of the Council - September 3 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/1227 of 12 November 2019 laying down implementing technical standards with regard to templates for the provision of information in accordance with the STS notification requirements - September 3 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/1225 of 29 October 2019 laying down implementing technical standards with regard to the format and standardised templates for making available the information and details of a securitisation by the originator, sponsor and SSPE - September 3 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/1209 of 13 August 2020 amending Implementing Regulation (EU) No 1352/2013 establishing the forms provided for in Regulation (EU) No 608/2013 of the European Parliament and of the Council concerning customs enforcement of intellectual property rights - August 21 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/1197 of 30 July 2020 laying down technical specifications and arrangements pursuant to Regulation (EU) 2019/2152 of the European Parliament and of the Council on European business statistics repealing 10 legal acts in the field of business statistics - August 18 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/1190 of 11 August 2020 correcting Implementing Regulation (EU) 2015/983 on the procedure for issuance of the European Professional Card and the application of the alert mechanism pursuant to Directive 2005/36/EC of the European Parliament and of the Council - August 12 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/1148 of 31 July 2020 laying down the methodological and technical specifications in accordance with Regulation (EU) 2016/792 of the European Parliament and of the Council as regards harmonised indices of consumer prices and the house price index - August 4 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/1145 of 31 July 2020 laying down technical information for the calculation of technical provisions and basic own funds for reporting with reference dates from 30 June until 29 September 2020 in accordance with Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council on the taking-up and pursuit of the business of Insurance and Reinsurance - August 3 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/1121 of 29 July 2020 on the collection and sharing of user statistics and feedback on the services of the single digital gateway in accordance with Regulation (EU) 2018/1724 of the European Parliament and of the Council - July 30 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1298 of 13 July 2020 amending the Annex to Regulation (EU) 2019/452 of the European Parliament and of the Council establishing a framework for the screening of foreign direct investments into the Union - September 18 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1314 of 10 July 2020 amending Annexes II and III to Regulation (EU) No 1307/2013 of the European Parliament and of the Council as regards the national and net ceilings for direct payments for certain Member States for calendar year 2020 - September 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1304 of 14 July 2020 supplementing Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council with regard to the minimum elements to be assessed by ESMA when assessing third-country CCPs' requests for comparable compliance and the modalities and conditions of that assessment - September 21 - [DOC](#)



Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1303 of 14 July 2020 supplementing Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council with regard to the criteria that ESMA should take into account to determine whether a central counterparty established in a third country is systemically important or likely to become systemically important for the financial stability of the Union or of one or more of its Member States - September 21 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1302 of 14 July 2020 supplementing Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council with regard to fees charged by the European Securities and Markets Authority to central counterparties established in third countries - September 21 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1298 of 13 July 2020 amending the Annex to Regulation (EU) 2019/452 of the European Parliament and of the Council establishing a framework for the screening of foreign direct investments into the Union - September 18 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1273 of 4 June 2020 amending and correcting Delegated Regulation (EU) 2019/980 supplementing Regulation (EU) 2017/1129 of the European Parliament and of the Council as regards the format, content, scrutiny and approval of the prospectus to be published when securities are offered to the public or admitted to trading on a regulated market - September 14 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1272 of 4 June 2020 amending and correcting Delegated Regulation (EU) 2019/979 supplementing Regulation (EU) 2017/1129 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards on key financial information in the summary of a prospectus, the publication and classification of prospectuses, advertisements for securities, supplements to a prospectus, and the notification portal - September 14 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1230 of 29 November 2019 supplementing Regulation (EU) 2017/2402 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the details of the application for registration of a securitisation repository and the details of the simplified application for an extension of registration of a trade repository - September 3 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1229 of 29 November 2019 supplementing Regulation (EU) 2017/2402 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards on securitisation repository operational standards for data collection, aggregation, comparison, access and verification of completeness and consistency - September 3 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1226 of 12 November 2019 supplementing Regulation (EU) 2017/2402 of the European Parliament and of the Council and laying down regulatory technical standards specifying the information to be provided in accordance with the STS notification requirements - September 3 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1224 of 16 October 2019 supplementing Regulation (EU) 2017/2402 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the information and the details of a securitisation to be made available by the originator, sponsor and SSPE - September 3 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/1212 of 8 May 2020 amending Delegated Regulation (EU) 2018/1229 supplementing Regulation (EU) No 909/2014 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards on settlement discipline - August 24 - [DOC](#)

Corrigendum to Directive (EU) 2020/879 of the European Parliament and of the Council of 20 May 2019 amending Directive 2014/59/EU as regards the loss-absorbing and recapitalisation capacity of credit institutions and investment firms and Directive 98/26/EC - August 31 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/1335 of the European Central Bank of 15 September 2020 nominating heads of work units to adopt delegated decisions on passporting, acquisition of qualifying holdings and withdrawal of authorisations of credit institutions and repealing Decision (EU) 2019/1377 (ECB/2020/43) - September 25 - [DOC](#)



Decision (EU) 2020/1334 of the European Central Bank of 15 September 2020 nominating heads of work units to adopt delegated decisions regarding supervisory powers granted under national law and repealing Decision (EU) 2019/323 (ECB/2020/42) - September 25 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/1333 of the European Central Bank of 15 September 2020 nominating heads of work units to adopt delegated own funds decisions and repealing Decision (EU) 2018/547 (ECB/2020/41) - September 25 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/1332 of the European Central Bank of 15 September 2020 nominating heads of work units to adopt delegated decisions on the significance of supervised entities and repealing Decision (EU) 2017/937 (ECB/2020/40) - September 25 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/1331 of the European Central Bank of 15 September 2020 nominating heads of work units to adopt delegated fit and proper decisions and repealing Decision (EU) 2017/936 (ECB/2020/39) - September 25 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/1264 of the European Central Bank of 8 September 2020 amending Decision (EU) 2019/1743 of the European Central Bank on the remuneration of holdings of excess reserves and of certain deposits - September 11 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2020/1284 of the European Central Bank of 7 September 2020 amending Guideline (EU) 2018/797 on the Eurosystem's provision of reserve management services in euro to central banks and countries located outside the euro area and to international organisations (ECB/2020/34) - September 15 - [DOC](#)

Interest rate applied by the European Central Bank to its main refinancing operations (Rate applied to the most recent operation carried out before the indicated day. In the case of a variable rate tender, the interest rate is the marginal rate.): 0,00 % on 1 September 2020 Euro exchange rates - [DOC](#)

Interest rate applied by the European Central Bank to its main refinancing operations (Rate applied to the most recent operation carried out before the indicated day. In the case of a variable rate tender, the interest rate is the marginal rate.): 0,00 % on 1 August 2020 Euro exchange rates - [DOC](#)

European Securities and Markets Authority Decision (EU) 2020/1123 of 10 June 2020 renewing the temporary requirement to natural or legal persons who have net short positions to temporarily lower the notification thresholds of net short positions in relation to the issued share capital of companies whose shares are admitted to trading on a regulated market to notify the competent authorities above certain threshold in accordance with point (a) of article 28(1) of Regulation (EU) N.º 236/2012 of the European Parliament and of the Council - July 30 - [DOC](#)

Communication from the Commission Updating of data used to calculate lump sum and penalty payments to be proposed by the Commission to the Court of Justice of the European Union in infringement proceedings 2020/C 301/01 - [DOC](#)

Communication: A capital markets union for people and businesses: new action plan - [DOC](#)

Communication: Digital finance package - [DOC](#)

Communication 2020 Rule of law report - Communication and country chapters - [DOC](#)

Communication 2020 Rule of law report - input from member states - [DOC](#)

Public consultation: **Sustainable corporate governance** - [DOC](#)

Public consultation: **State of intellectual property in third countries** - [DOC](#)

Public consultation: **Uniform rounding rules for cash payments in euro – assessment** - [DOC](#)

2019 Commission report and factsheets on monitoring the application of EU law - [DOC](#)



ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

Opinion on proposals for regulations amending the **Union securitisation framework in response to the COVID-19 pandemic** - [DOC](#)

The impact on the **ECB's monetary policy measures taken in response to the COVID-19 crisis** - [DOC](#)

China's path to normalisation in the aftermath of the COVID-19 pandemic - [DOC](#)

Public loan guarantees and bank lending in the COVID-19 period - [DOC](#)

Automatic fiscal stabilisers in the euro area and the COVID-19 crisis - [DOC](#)

ECB's Governing Council says that **exceptional circumstances justify leverage ratio relief** - [DOC](#)

Drivers of firms' loan demand in the euro area – what has changes during the COVID-19 pandemic? - [DOC](#)

The macroeconomic impact of the pandemic and the policy response - [DOC](#)

COVID-19 and the increase in household savings: precautionary or forced? - [DOC](#)

The impact of the recent spike in uncertainty on economic activity in the euro area - [DOC](#)

Decisions taken by the Governing Council of the ECB (in addition to decisions setting interest rates) - [DOC](#)

Opinion of the European Central Bank of 18 September 2020 on a proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council amending Regulation (EU) 2016/1011 **as regards the exemption of certain third country foreign exchange benchmarks and the designation of replacement benchmarks for certain benchmarks in cessation** - [DOC](#)

ECB to accept sustainability-linked bonds as collateral - [DOC](#)

Climate change and the ECB - [DOC](#)

ECB publishes statement of **compliance of €STR with IOSCO Principles for Financial Benchmarks** - [DOC](#)

ECB proposes to **reduce reporting burden for banks and increase data quality** - [DOC](#)

The fiscal implications of the EU's recovery package - [DOC](#)

The provision of **euro liquidity through the ECB's swap and repo operations** - [DOC](#)

ECB Survey of Monetary Analysts (SMA), September 2020 - [DOC](#)

Results of the June 2020 survey on **credit terms and conditions in euro-denominated securities financing and over-the-counter derivatives markets (SESFOD)** - [DOC](#)

Survey on credit terms and **conditions in euro-denominated securities financing and OTC derivatives markets (SESFOD)** - June - [DOC](#)

Financial Stability Review - [DOC](#)

Sixth report on card fraud - [DOC](#)

Liquidity distribution and settlement in TARGET 2 - [DOC](#)

The role of indirect taxes in euro area inflation and its outlook - [DOC](#)

The ECB's enhanced effective exchange rate measures - [DOC](#)

ECB amends monetary policy implementation guidelines - [DOC](#)

Payment statistics: 2019 - [DOC](#)



Monetary Policy decisions - [DOC](#)

ECB staff macroeconomic projections for the euro area, September 2020 - [DOC](#)

Consolidated financial statement of the Eurosystem - [DOC](#)

Euro area insurance corporation statistics: second quarter of 2020 - [DOC](#)

Euro area pension fund statistics: second quarter of 2020 - [DOC](#)

Euro area investment fund statistics: second quarter of 2020 - [DOC](#)

Euro area financial vehicle corporation statistics: second quarter of 2020 - [DOC](#)

Euro area pension fund statistics: first quarter 2020 - [DOC](#)

Euro money market statistics: fourth maintenance period 2020 - [DOC](#)

Liquidity conditions and monetary policy operations in the period from 6 May to 21 July 2020 - [DOC](#)

Consolidated financial statement of the Eurosystem - [DOC](#)

Consolidated financial statement of the Eurosystem as at 31 July 2020 - [DOC](#)

Euro area bank interest rate statistics: July 2020 - [DOC](#)

Monetary developments in the euro area: July 2020 - [DOC](#)

Euro area monthly balance of payments: July 2020 - [DOC](#)

Euro area monthly balance of payments: June 2020 - [DOC](#)

Euro area securities issues statistics: July 2020 - [DOC](#)

Euro area bank interest rate statistics: June 2020 - [DOC](#)

ECB publishes consolidated banking data for end-March 2020 - [DOC](#)

Christine Lagarde: **Payments in a digital world** - [DOC](#)

Luis de Guindos, Fabio Panetta, Isabel Schnabel: **Europe needs a fully fledged capital markets union – now more than ever** - [DOC](#)

Philip R. Lane: **The pandemic emergency: the three challenges for the ECB** - [DOC](#)

Fabio Panetta: **Healing after the pandemic: supporting and sustaining the recovery** - [DOC](#)

Fabio Panetta: **Asymmetric risks, asymmetric reaction: monetary policy in the pandemic** - [DOC](#)

Yves Mersch: **Supervisory action in times of crisis and the limits of the ECB's prudential mandate** - [DOC](#)

Isabel Schnabel: **The shadow of fiscal dominance: Misconceptions, perceptions and perspectives** - [DOC](#)

Philip R. Lane: **The outlook for the euro area** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2472: **Global financial markets and oil price shocks in real time** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2471: **Does the Phillips curve help to forecast euro area inflation?** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2470: **Financial conditions, business cycle fluctuations and growth at risk** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2469: **Banking euro area stress test model** - [DOC](#)



Working Paper Series n.º 2468: **Forecasting the Covid-19 recession and recovery: lessons from the financial crisis** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2466: **Macroeconomic risks across the globe due to the Spanish** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2465: **The great lockdown: pandemic responses policies and bank lending conditions** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2464: **The role of IMF conditionality for central bank independence** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2463: **Bank reserves and broad money in the global financial crisis: a quantitative evaluation** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2462: **The effect of macroprudential policies on credit developments in Europe 1995-2017** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2461: **How to estimate a VAR after March 2020** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2459: **The international dimension of an incomplete EMU** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2458: **Vulnerable growth in the Euro Area: Measuring the financial conditions** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2457: **Culture and portfolios: trust, precautionary savings and home ownership** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2456: **Patterns in invoicing currency in global trade** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2455: **A decomposition of structural revenue developments for euro area member states** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2454: **Macroprudential policy and the role of institutional investors in housing markets** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2452: **Risk and return in international corporate bond markets** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2451: **The simpler the better: measuring financial conditions for monetary policy and financial** - [DOC](#)

Occasional Paper Series n.º 247: **Stablecoins: Implications for monetary policy, financial stability, market infrastructure and payments, and banking supervision in the euro area** - [DOC](#)

Research bulletin n.º 74: **Why has inflation in the United States been so stable since the 1990s?** - [DOC](#)

Economic Bulletin: **Update on economic and monetary developments** - [DOC](#)

Economic Bulletin - Issue 6, 2020 - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

COVID-19

Guidelines amending Guidelines EBA/GL/2020/02 on legislative and non-legislative moratoria on loan repayments applied in the light of the COVID-19 crisis - [DOC](#)



MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA consults on MIFIR reference data and transaction reporting - [DOC](#)

ESMA proposes amendments to the MIFIR transparency regime for non-equity financial instruments - [DOC](#)

ESMA publishes draft rules for third-country firms under new MIFIR and MIFID II Regimes - [DOC](#)

ESMA agrees position limits under MIFID II - [DOC](#)

ESMA updates Q&A on MIFIR Data Reporting - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA consults on fees for benchmarks administrators - [DOC](#)

ESMA consults on OTF Regime - [DOC](#)

ESMA publishes final report for Guidelines on Internal Control - [DOC](#)

ESMA Publishes Call For Evidence in The Context of the Review of Transparency Requirements for Equity and Non-Equity Instruments - [DOC](#)

ESMA Publishes List of Thresholds for Shareholder Identification - [DOC](#)

ESMA recommends priority topics in AIFMD review - [DOC](#)

ESMA reports decrease in prospectus activity for 2019 - [DOC](#)

ESMA updates regulatory technical standards (RTS) under the Benchmarks Regulations (BMR) - [DOC](#)

ESMA Confirms Securitisation Regulation Requirements Entry Into Force on 23 September 2020 - [DOC](#)

ESMA Provides for the Option to Apply the Annual Transparency Calculations for Non-Equity Instruments From 21 September - [DOC](#)

ESMA provides updated XML schema and reporting instructions for securitisation reporting - [DOC](#)

ESMA Proposes to Further Postpone CSDR Settlement Discipline - [DOC](#)

ESMA renews its decision requiring net short position holders to report positions of 0.1% and above - [DOC](#)

ESMA publishes outcomes of MAR review - [DOC](#)

ESMA makes proposals to help prevent and detect WHT reclaim schemes - [DOC](#)

ESMA receives securitisation repository registration application - [DOC](#)

ESMA Sees High Risk of Decoupling of Financial Market Performance and Underlying Economic Activity - [DOC](#)

ESMA publishes data for the systematic internaliser calculations for equity, equity-like instruments, bonds and other non-equity instruments - [DOC](#)

Risk Parameters in ESMA's Guidelines on Stress Test Scenarios Under The Money Markets Fund Regulation To Be Updated - [DOC](#)

Investors See Lower Net Returns From Potential Closet Index Funds - [DOC](#)

ESMA makes new bond liquidity data available - [DOC](#)

ESMA updates Q&A on Data Reporting under EMIR - [DOC](#)

ESMA Issues Latest Double Volume Cap Data - [DOC](#)



ESMA Newsletter - Nº16 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA provides clarity on the implementation of the **reporting and disclosure framework in the context of COVID-19 measures** - [DOC](#)

EBA publishes **guidance on impact of CRR adjustments in response to the COVID-19** pandemic on supervisory reporting and disclosure - [DOC](#)

EBA Guidelines on the determination of the weighted average maturity (WAM) of the contractual payments due under the tranche in accordance with point (a) of Article 257(1) of Regulation (EU) No 575/2013 - [DOC](#)

EBA phases out its **Guidelines on legislative and non-legislative loan repayments moratoria** - [DOC](#)

EBA sees first **impact of COVID-19 materialising in EU banks' Q1 data** - [DOC](#)

EBA updates its work programme for 2020 in light of the COVID-19 pandemic - [DOC](#)

EBA publishes its 2019 Annual Report on resolution colleges - [DOC](#)

EBA seeks input from institutions on their **ESG disclosure practices** - [DOC](#)

EBA calls on the EU Commission to establish a single **rulebook on fighting money laundering and terrorist financing** - [DOC](#)

EBA issues Opinion regarding the European Commission's intention to amend the **EBA's final draft RTS on economic downturn** - [DOC](#)

EBA supports the EU Commission's call for a more efficient and effective **framework to tackle money laundering and terrorism financing** - [DOC](#)

EBA flags to the EU Commission elements of the **definition of credit institution and aspects of the scope of authorization** - [DOC](#)

EBA publishes **work programme for 2021** - [DOC](#)

EBA launches **EU-wide transparency exercise** - [DOC](#)

EBA launches **consultation to revise its Guidelines on internal governance** - [DOC](#)

EBA consults on the **use of RegTech solutions and ways to support the uptake of RegTech across the EU** - [DOC](#)

EBA consults on Guidelines on **criteria for the use of data inputs in the expected shortfall risk measure under the Internal Model Approach** - [DOC](#)

EBA makes available **online tools to submit answers to its study of cost of compliance with supervisory reporting** - [DOC](#)

EBA publishes final draft technical standards on **disclosure and reporting in MREL and TLAC** - [DOC](#)

EBA releases an **erratum of the technical package on reporting framework 2.10 phase** - [DOC](#)

EBA updates data used for the **identification of global systemically important institutions (G-SIIs)** - [DOC](#)

EBA issues revised list of **ITS validation rules** - [DOC](#)

EBA updates one **2021 EU-wide stress test timeline**, sample and potential future changes to its framework - [DOC](#)



ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

EU financial regulators assess risks to the financial sector after the outbreak of COVID-19 and call for enhanced cooperation - [DOC](#)

ESAs launch **survey on environmental and/or social financial product templates** - [DOC](#)

EIOPA - EUROPEAN INSURANCE AND OCCUPATIONAL PENSIONS AUTHORITY

EIOPA sets up its key priorities in the light of the pandemic - [DOC](#)

EIOPA's Risk Dashboard: **European insurers remain exposed to high risks since the outbreak of COVID-19** - [DOC](#)

EIOPA launches **consultation on Supervisory Statement on the use of risk mitigation techniques by insurance and reinsurance undertakings** - [DOC](#)

EIOPA submitted its opinion to the European Parliament on the **discharge for the financial year 2018** - [DOC](#)

EIOPA finalises the **regulation of the pan-European Personal Pension Product** - [DOC](#)

EIOPA publishes bi-weekly information for **Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures and Symmetric Adjustment to Equity Risk** with reference to 15 September 2020 - [DOC](#)

EIOPA publishes bi-weekly information for **Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures and Symmetric Adjustment to Equity Risk** with reference to 11 August 2020 - [DOC](#)

EIOPA launches its **Solvency II Single Rulebook** - [DOC](#)

EIOPA **outlines key financial stability risks** of the European insurance and pensions sector - [DOC](#)

EIOPA publishes monthly technical information for **Solvency II Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures** – end-August 2020 - [DOC](#)

Monthly update of the **symmetric adjustment of the equity capital charge for Solvency II** – end-August 2020 - [DOC](#)

EIOPA publishes monthly technical information for **Solvency II Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures** – end-July 2020 - [DOC](#)

Monthly update of the **symmetric adjustment of the equity capital charge for Solvency II** end-July 2020 - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

ESRB secretariat staff's response to ESMA's consultation paper on technical standards on reporting, data quality, data access and registration of trade repositories under EMIR refit - [DOC](#)

Gap-filling government debt maturity choice - [DOC](#)

Reforming bank stress testing in the EU: reflections in light of the EBA's discussion paper on the issue - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Comunicado de Imprensa do Tribunal de Justiça (UE), 106/2020, de 15 de Setembro de 2020

O Tribunal de Justiça interpreta, pela primeira vez, o regulamento da União que consagra a «neutralidade da Internet»: As exigências de proteção dos direitos dos utilizadores da Internet e de tratamento não discriminatório do tráfego opõem-se a que um prestador de acesso à Internet privilegie certas aplicações e certos serviços, através de ofertas que permitem a essas aplicações e a esses serviços beneficiar de uma «tarifa zero» e sujeite a utilização das outras aplicações e serviços a medidas de bloqueio ou de abrandamento - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

ANACOM

Prorrogação da vigência de medida cautelar de proibição prévia de prática comercial desleal - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

CFP atualiza cenários macroeconómico e orçamental até 2024 em políticas invariantes - [DOC](#)

Projeções Macroeconómicas para a Economia Portuguesa - [DOC](#)

Segurança Social e CGA registam excedente no 1.º semestre de 2020 - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Parecer n.º 92/2020 – Projeto de Decreto-Lei que institui o Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobreendividamento (SISPACSE) e estabelece as regras sobre a sua organização e funcionamento - [DOC](#)

EURONEXT

Euronext's statement regarding Borsa Italiana - [DOC](#)

Euronext publishes Q2 2020 results - [DOC](#)

Euronext announces quarterly review results for the PSI20 - [DOC](#)

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Dívida indexada ao PIB na economia portuguesa - [DOC](#)

GEE - GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS (MINISTÉRIO DA ECONOMIA)

Boletim Indicadores de Conjuntura 2020 – COVID - [DOC](#)

Boletim Indicadores de Conjuntura, n.º 39 - [DOC](#)

Indicadores de Atividade Económica - [DOC](#)

IGCP - AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA

Gestão da tesouraria e da dívida pública – Relatório de 2019 - [DOC](#)



INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Síntese INE@COVID-26: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 26.º reporte semanal - [DOC](#)

Síntese INE@COVID-25: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 25.º reporte semanal - [DOC](#)

Síntese INE@COVID-24: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 24.º reporte semanal - [DOC](#)

Síntese INE@COVID-23: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 23.º reporte semanal - [DOC](#)

Síntese INE@COVID-22: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 22.º reporte semanal - [DOC](#)

Síntese INE@COVID-21: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 21.º reporte semanal - [DOC](#)

Síntese INE@COVID-20: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 20.º reporte semanal - [DOC](#)

Síntese INE@COVID-19: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 19.º reporte semanal - [DOC](#)

Síntese INE@COVID-18: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 18.º reporte semanal - [DOC](#)

Procedimento dos Défices Excessivos - [DOC](#)

Contas Nacionais: **Resultados anuais finais para 2018 e provisórios para 2019** - [DOC](#)

Produto Interno Bruto em volume registou uma variação de -16,3% em termos homólogos e de -13,9% em cadeia – 2º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Capacidade de financiamento da economia situou-se em 1,0% do PIB - 2.º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Indicador de confiança do consumidor diminui e indicador de clima económico aumenta ligeiramente - setembro de 2020 - [DOC](#)

As avaliações bancárias aumentaram 1 Euro para 1.128 Euros por metro quadrado - agosto de 2020 - [DOC](#)

Em julho, a **população empregada aumentou 0,5%, a taxa de desemprego aumentou 0,6 pontos percentuais e a taxa de subutilização aumentou 0,1 pontos percentuais** - Agosto de 2020 - [DOC](#)

Indicadores de **confiança dos consumidores e de clima económico aumentam** - Agosto de 2020 - [DOC](#)

Taxa de variação homóloga do IPC foi nula - Agosto de 2020 - [DOC](#)

Taxa de variação homóloga do IPC situou-se em 0,1% - Julho de 2020 - [DOC](#)

As exportações e as importações diminuíram 7,3% e 21,2%, respetivamente, em termos nominais - Julho de 2020 - [DOC](#)

Indicadores de **confiança dos Consumidores diminui e indicador de clima económico continua a recuperar** – julho de 2020 - [DOC](#)

Económica de Conjuntura. Informação já disponível para julho aponta para **redução menos intensa da atividade económica** - Julho de 2020 - [DOC](#)



Volume de Negócios na Indústria diminuiu 11,7% - Junho de 2020 - [DOC](#)

Volume de Negócios nos Serviços diminuiu 23,2% - Junho de 2020 - [DOC](#)

As exportações e as importações diminuíram 10,1% e 23,1%, respetivamente, em termos nominais - Junho de 2020 - [DOC](#)

IPCG - INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

Código de Governo das Sociedades do IPCG 2018 revisto em 2020 - [DOC](#)

ORDEM DOS ADVOGADOS

Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 52/XIV/1.ª (GOV), Que versa autorizar o Governo a aprovar um Regime Especial de Expropriações e Constituição de Servidões Administrativas - [DOC](#)

Parecer nº 16, Legislação excecional no Estado de Emergência - certeza e segurança jurídicas das assinaturas de contratos por via de assinatura eletrónica - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Outlook for the global financial system in the wake of the pandemic - [DOC](#)

Basel Committee approves annual G-SIBs assessment, updates workplan to evaluate post-crisis reforms - [DOC](#)

Ignazio Visco: The Italian economy and banks - implications of the pandemic and outlook - [DOC](#)

Fabio Panetta: Healing after the pandemic - supporting and sustaining the recovery - [DOC](#)

Gabriel Makhoul: COVID-19 and the future of monetary policy - [DOC](#)

François Villeroy de Galhau: The role of central banks in the heart of the ecosystem - [DOC](#)

Competitive effects of IPOs: evidence from Chinese listing suspensions - [DOC](#)

Fintech and big tech credit: a new database - [DOC](#)

Credit supply driven boom-bust cycles - [DOC](#)

Debt service ratios for the private non-financial sector - [DOC](#)

Residential property prices: detailed series (nominal) - [DOC](#)

Credit to the non-financial sector - [DOC](#)

Locational banking statistics - [DOC](#)

Consolidated banking statistics - [DOC](#)

Effective exchange rate indices - [DOC](#)

Central bank policy rates - [DOC](#)

Global liquidity indicators - [DOC](#)

Debt securities statistics - [DOC](#)



Credit-to-GDP gaps - [DOC](#)

Consumer prices - [DOC](#)

EDPB - EUROPEAN DATA PROTECTION BOARD

EDPB adopted documents - 37th plenary - [DOC](#)

EUROBAROMETER

Public opinion in the EU in time of coronavirus crisis 2 - [DOC](#)

Plenary Insights – September 2020 - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

EuropeanIssuers Welcomes the “**Capital Markets Union for people and businesses-new action plan**” - [DOC](#)

EuropeanIssuers responds to call for feedback on the Regulation on **taxonomy-related disclosures by undertakings reporting non-financial information** - [DOC](#)

HARVARD BUSINESS REVIEW

How Much Will Remote Work Continue After the Pandemic? - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Policy Responses to COVID19 - [DOC](#)

COVID-19 Response in Emerging Market Economies: Conventional Policies and Beyond - [DOC](#)

2020 External Sector Report: Global Imbalances and the COVID-19 Crisis - [DOC](#)

IMF Lending During the Pandemic and Beyond - [DOC](#)

How to Operationalize IMF Engagement on Social Spending during and in the aftermath of the COVID-19 Crisis - [DOC](#)

Chart of the Week Tourism Trauma and COVID-19 - [DOC](#)

Annual report on exchange arrangements and exchange restrictions - [DOC](#)

How Strong Infrastructure Governance Can End Waste in Public Investment - [DOC](#)

The Central Bank Transparency Code - [DOC](#)

Accounting Standards and Insurer Solvency Assessment - [DOC](#)

Sectoral Policies for Climate Change Mitigation in the EU - [DOC](#)

EU Climate Mitigation Policy - [DOC](#)



Mission Impossible? **Can Fragile States Increase Tax Revenues?** - [DOC](#)

Aging Economies May Benefit Less from Fiscal Stimulus - [DOC](#)

Emergency Financing by Region - [DOC](#)

Country Report 2020/281 - **Angola** - [DOC](#)

Norway: Financial System Stability Assessment -Press Release; and Statement by the Executive Director for Norway - [DOC](#)

Denmark: Financial System Stability Assessment -Press Release; and Statement by the Executive Director for Denmark - [DOC](#)

Fiscal Monitor, October 2020 - Analytical Chapter - [DOC](#)

ISDA - INTERNATIONAL SWAPS AND DERIVATIVES ASSOCIATION

ISDA in Review – July 2020 - [DOC](#)

JOHNS HOPKINS CENTER FOR HEALTH SECURITY

COVID-19 Map - [DOC](#)

NEW FINANCIAL

An update on 'Brexit & the City - the impact so far' - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

OECD Capital Market Review of Portugal - [DOC](#)

Tackling coronavirus (COVID-19) Contributing to a global effort - [DOC](#)

Tax Inspectors Without Borders: supporting developing countries to increase tax revenues despite COVID-19 challenges - [DOC](#)

Countries have responded decisively to the COVID-19 crisis, but face significant fiscal challenges ahead - [DOC](#)

Global development efforts should increase focus on fragile states in light of COVID-19 crisis - [DOC](#)

Building confidence crucial amid an uncertain economic recovery - [DOC](#)

More can be done to ensure a green recovery from COVID-19 crisis - [DOC](#)

OECD countries make **partial progress updating rules on international shipping of plastic waste** - [DOC](#)

Tax Policy Reforms 2020: OECD and Selected Partner Economies, to launch on Thursday 3 September 2020 - [DOC](#)

Donors agree on **aid treatment of debt relief** - [DOC](#)



GDP Growth: Second quarter of 2020 - [DOC](#)

International trade statistics: trends in second quarter 2020 - [DOC](#)

Growth and economic well-being: first quarter 2020 - [DOC](#)

Unemployment Rates, September 2020 - [DOC](#)

Consumer Prices, September 2020 - [DOC](#)

Composite Leading Indicators (CLI), August 2020 - [DOC](#)

OICV-IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

Consultation Report on Principles on Outsourcing - [DOC](#)

IOSCO to launch 2020 **World Investor Week** to promote investor education - [DOC](#)

IOSCO examines the **evolution of liquidity provision in equity securities markets** - [DOC](#)

IOSCO issues **measures to reduce conflict of interests in debt capital raising** - [DOC](#)

PIIE - PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS

How the G20 Can Hasten **Recovery from COVID-19** - [DOC](#)

Designing the **fiscal response to the COVID-19** pandemic - [DOC](#)

The pandemic will plunge the world into recession; recoveries will be mixed - [DOC](#)

Global Economic Prospects: Spring 2020 - [DOC](#)

SCITATION - AMERICAN INSTITUTE OF PHYSICS

Visualizing droplet dispersal for face shields and masks with exhalation valves - [DOC](#)

WEF - THE WORLD ECONOMIC FORUM

Measuring Stakeholder Capitalism: Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation - [DOC](#)

WORLD BANK

Beyond the Pandemic: **Harnessing the Digital Revolution to Set Food Systems on a Better Course** - [DOC](#)

Food Security and COVID-19 - [DOC](#)

Addressing Crisis Through Infrastructure - [DOC](#)

Curbing Corruption in the Midst of a Pandemic is More Important Than Ever, New Report Says - [DOC](#)



Pandemic Threatens Human Capital Gains of the Past Decade, New Report Says - [DOC](#)

Most Countries in Europe and Central Asia Continue to **Make Gains in Health and Education** but Face Setbacks from **COVID-19**, says World Bank Report - [DOC](#)

WORLD HEALTH ORGANIZATION

Coronavirus Disease (COVID-19) Situation Reports - [DOC](#)

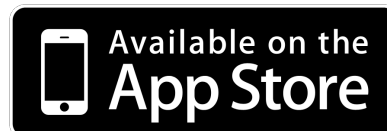
Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard - [DOC](#)

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Setembro de 2020

O REGULATORY UPDATE é publicado pela AEM
com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)



[Read](#)



[Discuss](#)



[Link](#)



[Like](#)



[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Setembro 2020

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa
Telefone: +351 21 820 49 70
Fax: +351 21 807 74 90
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, n.º 16, 2º Direito
1050-215 Lisboa
Telefone: +351 213 170 996
Fax: +351 213 170 999
sofia.borges@slba.pt
www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@em-portugal.com.